



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE MARCIO NUNES SANTOS
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4b755b7-78d9-438c-afdd-f3244dc5a7

RELATÓRIO DE AUDITORIA

PROCESSO TC Nº: 16100352-7

TIPO DE PROCESSO: Prestação de Contas - Gestão

UNIDADE JURISDICIONADA: Fundo Previdenciário do Município de Solidão

EXERCÍCIO: 2015

RELATOR: Marcos Coelho Loreto

UNIDADE FISCALIZADORA: Inspetoria Regional de Arcoverde - IRAR

EQUIPE TÉCNICA:

0728 - Ivson Vilela Guerra

0862 - José Márcio Nunes Santos



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. ACHADOS DE AUDITORIA

2.1. IRREGULARIDADES

- 2.1.1. [A3.1] Não recolhimento integral das contribuições previdenciárias
- 2.1.2. [A4.1] Prorrogação de contrato administrativo visando à dispensa indevida de licitação
- 2.1.3. [A5.1] Não realização da Avaliação Atuarial do exercício 2016 (ano base 2015)
- 2.1.4. [A6.1] Ausência de registro individualizado das contribuições dos segurados
- 2.1.5. [A7.1] Aplicações dos recursos do RPPS em desacordo com os parâmetros da Resolução do CMN nº 3.922/2010

2.2. CONFORMIDADES

- 2.2.1. [A1.1] O valor das despesas administrativas está dentro do limite de 2% do valor total das remunerações
- 2.2.2. [A2.1] As Despesas em geral foram realizadas atendendo os aspectos da Legalidade, Impessoalidade, Publicidade e Economicidade
- 2.2.3. [A8.1] Alíquotas de contribuição previdenciária em conformidade com a Constituição Federal, legislação municipal e nota técnica atuarial

3. CONCLUSÃO

3.1. RESPONSABILIZAÇÃO

- 3.1.1. Quadro de Detalhamento de Achados, Responsáveis e Valores Passíveis de Devolução
- 3.1.2. Dados dos Responsáveis

3.2. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

- 3.2.1. Determinações



1. INTRODUÇÃO

Foi realizada Análise de Prestação de Contas de Gestão no(a) Fundo Previdenciário do Município de Solidão, relativa ao exercício de 2015, cujo processo foi autuado sob o nº 16100352-7, tendo por objetivo:

Analisar as peças que integram a prestação de contas do Fundo de Previdência Própria dos servidores Públicos do Município de Solidão; Verificar o cumprimento do limite para as despesas administrativas, em face do disposto na Lei n.º 9.717/98, art. 6º, VIII e Orientação Normativa n.º 02/2009, art. 38; e demais normas pertinentes; Verificar se os recursos disponíveis estão sendo aplicados de acordo com as Normas; Verificar se ocorreu o correto recolhimento das contribuições previdenciárias para a unidade gestora do regime Próprio de Previdência do Município, verificar se o processamento das despesas ocorreu de acordo com a legislação pertinente, se foram realizadas as Avaliações atuariais nos exercícios 2015 e 2016 e se existe registro individualizado das contribuições dos servidores vinculados ao Órgão.

2. ACHADOS DE AUDITORIA

Concluída a Auditoria, foram identificados os achados de auditoria relacionados nos itens a seguir.

2.1. IRREGULARIDADES

2.1.1. [A3.1] Não recolhimento integral das contribuições previdenciárias

Situação Encontrada:

A Lei Municipal nº 149, de 13 de dezembro de 2005, que reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Solidão, estabeleceu em seu artigo 57 a alíquota de contribuição em 11%, tanto para as contribuições dos servidores quanto a patronal.

De acordo com a Lei Municipal nº 209, de 02 de março de 2010, a alíquota incidente sobre a base da contribuição patronal passou para 16,30%.

Por fim, através da Lei Municipal nº 214, de 30 de agosto de 2010, foi criada a contribuição adicional a cargo de todos os órgãos e poderes do município, cuja alíquota, para o exercício de 2015, ficou estabelecida em 15%.

O parágrafo 5º do artigo 57 da Lei Municipal nº 149/2005 determina que as contribuições previdenciárias deverão ser creditadas na conta do FUNPRESOL até o dia 10 do mês subsequente ao de competência da folha de pagamento. Já o parágrafo 6º desse mesmo artigo prevê que sobre as contribuições não creditadas no prazo estabelecido incidirão multa de 2% e juros à razão de 1% ao mês.



De acordo com levantamento procedido, constatou-se a ocorrência do não repasse integral das contribuições a cargo do Poder Executivo do Município de Solidão (Prefeitura, FMS e FMAS) no exercício de 2015, **num montante de R\$ 308.145,82**, sendo R\$ 155.508,68 relativos à contribuição patronal e R\$ 152.637,14 de contribuição adicional, conforme detalhamento abaixo:

Exercício 2015	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL Poder Executivo Municipal de Solidão (Prefeitura, FMS e FMAS)			
	DEVIDA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE	RECOLHIDA	NÃO RECOLHIDA
Janeiro	61.406,25	11.314,40	50.091,85	0,00
Fevereiro	64.560,18	6.948,08	57.612,21	0,00
Março	65.239,38	3.820,58	61.418,80	0,00
Abril	64.587,48	3.663,38	60.924,10	0,00
Maio	63.607,06	11.212,94	52.394,12	0,00
Junho	61.575,18	10.173,68	44.897,75	6.503,75
Julho	61.759,58	10.770,20	44.420,64	6.568,74
Agosto	61.887,78	15.308,91	39.938,48	6.640,39
Setembro	60.746,82	6.114,30	24.272,94	30.359,58
Outubro	60.241,56	10.121,36	8.947,43	41.172,77
Novembro	60.062,25	6.374,58	15.087,89	38.599,78
Dezembro	60.266,42	5.195,30	55.071,12	0,00
13º Salário	60.405,37	-	34.741,70	25.663,67
TOTAL	806.345,31	101.017,71	549.819,03	155.508,68

Fonte: Guias de Recolhimentos e Resumos das folhas de pagamento (Documentos 32 a 34).

Exercício 2015	CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL Poder Executivo Municipal de Solidão (Prefeitura, FMS e FMAS)		
	DEVIDA	RECOLHIDA	NÃO RECOLHIDA
Janeiro	56.508,78	56.508,78	0,00
Fevereiro	59.411,16	59.411,16	0,00
Março	60.036,21	60.036,21	0,00
Abril	59.436,33	59.436,33	0,00
Maio	58.534,10	58.534,10	0,00
Junho	56.664,23	56.664,23	0,00
Julho	56.833,96	56.833,96	0,00
Agosto	56.951,94	43.140,99	13.810,95
Setembro	55.901,94	24.846,42	31.055,52
Outubro	55.437,01	11.301,36	44.135,65
Novembro	55.272,06	15.253,92	40.018,14
Dezembro	55.459,92	55.459,92	0,00
13º Salário	55.587,80	31.970,92	23.616,88
TOTAL	742.035,44	589.398,30	152.637,14

Fonte: Guias de Recolhimentos e Resumos das folhas de pagamento (Documentos 32 a 34).

Não foi constada, por parte da Gestora do FUNPRESOL, Sra. Maria do Socorro Ferreira de Oliveira, a adoção de medidas judiciais para a cobrança dos repasses em atrasos, tampouco foi



comunicado a este Tribunal a irregularidade. A responsabilidade pela comunicação e pela cobrança é da Gerente de Previdência (Gestora), conforme entendimento da Súmula TCE-PE nº 10, e Lei Municipal nº 149/2005, art. 70, incisos I e II, respectivamente, *in verbis*:

Súmula TCE-PE nº 10

A alegação de obediência hierárquica ao prefeito não isenta de responsabilidade o gestor do fundo ou instituto de previdência que deixou de comunicar tempestivamente as irregularidades ocorridas ao Tribunal de Contas, como nos casos de não repasse de recursos, saque indevido ou desvio.

Lei Municipal nº 149/2005.

[...]

Art. 70 - Compete ao Gerente de Previdência:

I. Representar o FUNPRESOL em juízo ou fora dele;

II – Gerir o FUNPRESOL em conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro, consoante o disposto nesta lei e as deliberações do Conselho Deliberativo.

[...]

A omissão da gestora do Fundo em cobrar as contribuições em atraso, bem como juros e multas respectivos, impossibilitou a arrecadação de receitas, causando prejuízo ao conjunto de servidores segurados, além de atentar contra o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial.

Diante disto, cabe ao responsável pela gestão do RPPS realizar os cálculos de multas e juros sobre o valor repassado em atraso, identificar os responsáveis pelo recolhimento intempestivo, assim como cobrar administrativa e judicialmente o ressarcimento ao erário de tais valores.

Por outro lado, levando-se em conta a Súmula TCE-PE nº 11, uma vez que a responsável pelo não repasse foi a Prefeita do Município, Exma. Sra. Maria Aparecida Vicente Oliveira Caldas, a mesma deve ser responsabilizada neste processo pelo descumprimento da Lei Municipal nº 149/2005, art. 57, III, com redação dada pela Lei Municipal nº 209/2010, bem como pelo descumprimento do artigo 1º da Lei Municipal nº 214/2010.

Cabe ser destacado que o não recolhimento das contribuições previdenciárias é prática contumaz da Prefeita do Município de Solidão, tendo a irregularidade ocorrido nos exercícios de 2011 e 2012, conforme se depreende dos Termos de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários nºs. 00285/2016 e 00287/2016, assim como no exercício de 2014, conforme apontado no Relatório de Auditoria do Processo de Prestação de Contas de Governo TCE-PE nº 15100187-0.

O ônus decorrente dos recolhimentos das contribuições em atraso como juros, multas e/ou outros acréscimos legais, deve ser suportado com recursos da gestora responsável, a Sra. Prefeita, visto que se trata de despesa sem causa decorrente do ato ilegal de não recolhimento na data estabelecida na Lei Municipal (dia 10 do mês seguinte), ficando ainda sujeita à multa prevista no Art. 73, Inciso III, da Lei Orgânica do TCE/PE.

Nos termos da Decisão TC nº 0230/11:

1. O débito previdenciário, ainda que gerado apenas pela Câmara, é do Município, por ser esta Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, conforme o Código Civil Brasileiro.



2. Na falta de recolhimento da contribuição previdenciária pelo Legislativo, poderá a Prefeitura manter entendimentos para que seja providenciada a regularização do débito pelo Poder que lhe deu causa; impetrar ação contra a Câmara para que esta providencie a regularização do débito; ou, ainda, regularizar o débito e ajuizar ação regressiva ao Legislativo.

3. O causador do débito - o(s) Presidente(s) da Câmara Municipal - será responsável pelo pagamento dos encargos financeiros (juros, multas, etc.) gerados pelos atrasos no pagamento; ou responsável pelos encargos e principal, em caso de desvio de recursos.
[...] (Grifado)

Por fim, a omissão pela não cobrança judicial dos valores não recolhidos, pela Sra. Maria do Socorro Ferreira de Oliveira, Gerente do Fundo de Previdência do Município de Solidão, é passível de multa prevista no Art. 73, Inciso III, da Lei Orgânica do TCE/PE.

Critério(s) de Auditoria:

- Lei Municipal - Solidão, Nº 149/2005, Art. 57, inciso III;
- Súmula, Tribunal de Contas do Estado, PE, Súmula nº 11;
- Súmula, Tribunal de Contas do Estado, PE, Súmula nº 10;
- Lei Municipal - Solidão, Nº 149/2005, Art. 70, inciso I ao II;
- Lei Municipal - Solidão, Nº 214/2010, Art. 1º.

Evidência(s):

- Guias/Comprovantes de Recolhimento e Resumos das Folhas de Pagamento (Documento 32, 33 e 34);
- Termos de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários nºs. 00285/2016 e 00287/2016 (Documento 36).

Responsável(is):

- **Nome:** Maria do Socorro Ferreira de Oliveira (Gerente de Previdência)

Conduta:

Deixar de tomar medidas para cobrança das contribuições previdenciárias não recolhidas, quando deveria observar os ditames da Lei Municipal nº 149/2005, art. 57, III, bem como da Lei Municipal nº 214/2010, em seu art. 1º.

Nexo de Causalidade:

A falta de tomada de medidas para cobrança das contribuições previdenciárias não recolhidas propiciou riscos de prejuízos aos servidores públicos municipais, além de desequilíbrio financeiro.

- **Nome:** Maria Aparecida Vicente Oliveira Caldas (Prefeito)

Conduta:

Deixar de recolher integralmente as contribuições previdenciárias quando deveria atentar para o art. 57, III, da Lei Municipal nº 149/2005, bem como o art. 1º da Lei Municipal nº 214/2010, objetivando a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do FUNPRESOL

Nexo de Causalidade:

O não recolhimento integral das contribuições previdenciárias implicou riscos de prejuízos aos servidores públicos municipais



2.1.2. [A4.1] Prorrogação de contrato administrativo visando à dispensa indevida de licitação

Situação Encontrada:

Constatou-se que no exercício de 2015, no Fundo Previdenciário de Solidão – FUNPRESOL, formalizaram-se contratos para execução de serviços técnicos especializados de contabilidade, bem como, para implantação e suporte de sistemas informatizados, destinados a atenderem as necessidades do FUNPRESOL. As contratações se deram mediante segundos termos aditivos aos contratos originários dos processos licitatórios nºs 001/2013 e 002/2013, modalidades de licitação Pregão Presencial nº 001/2013 e 002/2013, respectivamente, tendo como contratados as empresas FJF – Contabilidade e Assessoria Ltda – EPP e *Public Software Informática Ltda* - ME.

Após as realizações dos processos licitatórios, em 2013, o FUNPRESOL não mais licitou, nos exercícios seguintes, para as contratações destes serviços, apenas utilizou-se de termos aditivos para prorrogarem os primeiros contratos (já haviam sido prorrogados também no exercício de 2014, através dos 1ºs termos aditivos). Assim, em 2015, as prestações de serviços de assessoria e consultoria previdenciária, assim como a implantação e suporte de sistemas informatizados foram irregularmente firmadas através dos 2ºs termos aditivos aos contratos originários de 2013.

Dos exames dos 2ºs termos aditivos em questão, em conjunto com os contratos originários, pode-se inferir que aqueles foram firmados sem a observância dos preceitos legais que regem a matéria, configurando, sobretudo, fuga à realização de uma nova licitação.

O *caput* do artigo 57 da Lei nº 8.666/93 estatui que a duração dos contratos regidos por essa lei ficará limitada à vigência dos respectivos créditos orçamentários, enquanto o inciso II retira dessa regra os contratos que têm por objeto a prestação de serviços a serem executados de forma continuada.

Os serviços de execução continuada são caracterizados pela perenidade e necessidade de sua prestação. JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES (BLC Nº 2 – fev. de 1996 – p. 75) ao afirmar que não apenas a continuidade do desenvolvimento, mas a necessidade de que não sejam interrompidos, constituem os requisitos basilares para que se enquadrem como prestação de serviços a serem executados de forma contínua, o que evidenciaria que a sua interrupção causaria transtorno à coletividade.

A doutrina, de um modo geral, tem se limitado a indicar como sendo serviço continuado os de limpeza, de vigilância e de manutenção.

Para a legalidade da prorrogação a Lei Federal das Licitações e Contratos da Administração Pública exige, no inciso II do artigo 57, que a contratante obtenha do contratado preços e condições mais vantajosas. Os preços e as condições de pagamentos ofertados pelo contratado, para fins de prorrogação, devem propiciar mais vantagens que os preços e as condições de pagamentos praticados pelo mercado, porque é neste universo que seriam buscados os preços e as condições de pagamento.



No caso dos segundos termos aditivos para as contratações das Empresas para executarem os serviços técnicos especializados de contabilidade e implantação e suporte de sistemas informatizados, verificou-se não ter havido nenhuma pesquisa de mercado que viesse a comprovar que os preços e as condições de pagamento fossem as mais vantajosas para o FUNPRESOL.

Percebe-se, portanto, que as prorrogações dos contratos acima descrito, não encontra amparo legal, tornando-o nulo de pleno direito, pois não atende, sobretudo, as exigências contidas no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

O procedimento em tela revela negligência por parte da Gestora e implica a possibilidade de prejuízo ao Fundo pela possível não contratação do serviço em preços e condições mais vantajosas.

Dessa forma, fica o ordenador de despesas, sujeito à multa prevista no disposto no inciso III, artigo 73 da Lei n. 12.600/2004.

Critério(s) de Auditoria:

- Lei Federal, Nº 8666/1993, Art. 57, inciso II.

Evidência(s):

- Contrato e Termos Aditivos de Prestação de Serviços técnicos especializados de contabilidade (Documento 37);
- Contrato e Termos Aditivos de Prestação de Serviços especializada em implantação e suporte de sistemas informatizados (Documento 38).

Responsável(is):

- **Nome:** Maria do Socorro Ferreira de Oliveira (Gerente de Previdência)

Conduta:

Firmar Termos Aditivos aos contratos das empresas para executar os serviços técnicos especializados de contabilidade e implantação e suporte de sistemas informatizados nas atividades de gestão do FUNPRESOL em desacordo com as determinações contidas no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, quando não deveria

Nexo de Causalidade:

A formalização de Termos Aditivos aos contratos para executar os serviços técnicos especializados de contabilidade e implantação e suporte de sistemas informatizados nas atividades de gestão do FUNPRESOL em desacordo com as determinações contidas no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, implicou a possibilidade de prejuízo ao Fundo pela possível não contratação do serviço em preços e condições mais vantajosas.

2.1.3. [A5.1] Não realização da Avaliação Atuarial do exercício 2016 (ano base 2015)

Situação Encontrada:

Foi realizada a avaliação atuarial relativamente ao exercício 2015. Porém, conforme Declaração de lavra da Gestora do Fundo de Previdência do Município de Solidão - FUNPRESOL, não foi elaborada a Avaliação Atuarial pertinente ao exercício 2016 (data base



31/12/2015). Tal procedimento está em desacordo com o que determina o art. 1º, inciso I, da Lei Federal nº 9.717/98 e o art. 8º da Portaria nº 402/08, do Ministério da Previdência Social.

A não realização da avaliação atuarial, que denota negligência por parte da gestora do fundo, impossibilita a verificação do atendimento ou não ao equilíbrio atuarial e, por conseguinte, a adoção de medidas que visem à manutenção deste equilíbrio.

Em virtude do acima relatado, fica a ordenadora de despesas, sujeita à multa prevista no disposto no inciso III, artigo 73 da Lei nº 12.600/2004.

Critério(s) de Auditoria:

- Lei Federal, Nº 9717/1998, Art. 1º, inciso I;
- Portaria, Ministério da Previdência Social, Nº 402/2008, Art. 8º.

Evidência(s):

- Declaração fornecida pela Gestora do FUNPRESOL (Documento 31).

Responsável(is):

- **Nome:** Maria do Socorro Ferreira de Oliveira (Gerente de Previdência)

Conduta:

Deixar de tomar providências para a devida realização da avaliação atuarial quando deveria cumprir o determinado no inciso I do art. 1º da Lei Federal nº 9.717/98.

Nexo de Causalidade:

A não realização de avaliação atuarial dificulta a análise da saúde do instituto e o sujeita ao desequilíbrio atuarial e financeiro.

2.1.4. [A6.1] Ausência de registro individualizado das contribuições dos segurados

Situação Encontrada:

A Lei Federal nº 9717/98, em seu artigo 1º, inciso VII, dispõe que os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos Militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados, dentre outros critérios:

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

[...]

VII - registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais;

[...]

A Lei Municipal nº 149/2005, que reestruturou o Regime Próprio de Previdência do Município de Solidão, em seu artigo 74, dispõe que o FUNPRESOL manterá registro individualizado das contribuições de cada beneficiário e dos entes do município.



Ainda sobre o assunto, a Orientação Normativa nº 02/2009 do Ministério da Previdência Social, em seus artigos 20, § único, e 21, caput assim regulamenta:

Art. 20. O ente federativo manterá registro individualizado dos segurados do RPPS, que conterá as seguintes informações:

- I - nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes;
- II - matrícula e outros dados funcionais;
- III - remuneração de contribuição, mês a mês;
- IV - valores mensais da contribuição do segurado;
- V - valores mensais da contribuição do ente federativo.

Parágrafo único. Ao segurado e, na sua falta, aos dependentes, devidamente identificados, serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado.

Art. 21. A unidade gestora deverá garantir pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do RPPS.

Durante a realização da auditoria, verificou-se que o Fundo Previdenciário do Município de Solidão – FUNPRESOL não mantém o registro individualizado das contribuições previdenciárias dos servidores e dos Entes conforme declaração da gestora, em desacordo com os dispositivos legais que regulamentam a matéria.

A inexistência dos registros individualizados das contribuições previdenciárias, que revela omissão e negligência por parte da Gestora do Fundo, fere os dispositivos legais acima e os Princípios Constitucionais da Transparência e Publicidade, além de impossibilitar o acesso às informações pelos segurados.

Dessa forma, a ordenadora de despesas fica sujeita à multa prevista no disposto no inciso III, artigo 73 da Lei nº 12.600/2004.

Critério(s) de Auditoria:

- Lei Federal, Nº 9717/1998, Art. 1º, inciso VII;
- Lei Municipal - Solidão, Nº 149/2005, Art. 74;
- Orientação Normativa, Ministério da Previdência Social, Nº 2/2009, Art. 20, Parágrafo Único;
- Orientação Normativa, Ministério da Previdência Social, Nº 2/2009, Art. 21, caput.

Evidência(s):

- Declaração fornecida pela gestora do Fundo (Documento 30).

Responsável(is):

- **Nome:** Maria do Socorro Ferreira de Oliveira (Gerente de Previdência)

Conduta:

Deixar de proceder ao registro individualizado das contribuições previdenciárias dos servidores quando deveria atentar para os preceitos do inciso VII do art. 1º da Lei Federal nº 9717/98, bem como da Lei Municipal nº 149/2005, em seu art. 74 e ainda os arts. 20 e 21 da Orientação Normativa MPS nº 02/09.



Nexo de Causalidade:

O não registro individualizado das contribuições previdenciárias dos servidores implica a impossibilidade de acesso às informações por parte destes, bem como gera riscos de prejuízos pela falta de controle sobre os recursos .

2.1.5. [A7.1] Aplicações dos recursos do RPPS em desacordo com os parâmetros da Resolução do CMN nº 3.922/2010

Situação Encontrada:

A Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.922/2010 dispõe sobre a aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência, definindo quais os tipos de fundos para aplicação, as características destes fundos (composição) e os limites de aplicação em cada um dos fundos, conforme transcrito:

Art. 1º Fica estabelecido que os recursos dos regimes próprios de previdência social, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios nos termos da Lei no 9.717, de 27 de novembro de 1998, devem ser aplicados conforme as disposições desta Resolução, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Art. 2º Observadas as limitações e condições estabelecidas nesta Resolução, os recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser alocados nos seguintes segmentos de aplicação:

- I - renda fixa;
 - II - renda variável; e
 - III – imóveis.
- [...]

Art. 7º No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

I - até 100% (cem por cento) em:

a) títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);

b) cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos prevejam que suas respectivas carteiras sejam representadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" deste inciso e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

II - até 15% (quinze por cento) em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" do inciso I;

III - até 80% (oitenta por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

IV - até 30% (trinta por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

V - até 20% (vinte por cento) em depósitos de poupança em instituição financeira considerada como de baixo risco de crédito pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, dentre outros critérios, em



classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País;
VI - até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto;
VII - até 5% (cinco por cento) em:
a) cotas de fundos de investimento em direitos creditórios constituídos sob a forma de condomínio fechado;
ou,
b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão "crédito privado".

Já a Resolução CMN nº 4.392/2014, de 23 de dezembro de 2014, em seu art. 1º, alterou dispositivos do art. 7º da mencionada Resolução nº 3.922/2010, conforme segue:

Art. 1º Os arts. 7º, 13, 14, 22 e 23 da Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º

[...]

III - até 80% (oitenta por cento) em:

a) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;
b) cotas de fundos de índices de renda fixa cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

IV - até 30% (trinta por cento) em:

a) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;
b) cotas de fundos de índices cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de referência de renda fixa;

V - até 20% (vinte por cento) em: Resolução nº 4.392, de 19 de dezembro de 2014
Página 2 de 3

a) depósitos de poupança em instituição financeira considerada como de baixo risco de crédito pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País;

b) Letras Imobiliárias Garantidas;

VI - até 15% (quinze por cento) em cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

VII - até 5% (cinco por cento) em: a) cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio fechado; ou

[...]

Por outro lado, o art. 43, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, veda a aplicação de disponibilidades em títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da Federação, assim como empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público, inclusive a suas empresas controladas.

Conforme extratos das aplicações financeiras, bem como os demonstrativos bimestrais das aplicações e investimentos dos recursos, verifica-se que a carteira de aplicação dos recursos



do FUNPRESOL é composta de um único fundo, ou seja, o CAIXA FIC PRÁTICO CP, no seguimento de renda fixa.

O fundo em questão está classificado como “cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto”.

Dentro dos parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs. 3.922/2010 e 4.392/2014, a aplicação no Fundo CAIXA FIC PRÁTICO CP está limitado a 30% do total dos recursos, conforme previsto no art. 7º, IV, “a”.

Analisando-se os extratos das aplicações financeiras em conjunto com os demonstrativos bimestrais das aplicações e investimentos dos recursos, conclui-se que a aplicação dos recursos no Fundo CAIXA FIC PRÁTICO CP oscilou entre 67,27% e 99,94% ao longo dos seis bimestres do exercício de 2015, descumprindo o limite imposto pelo art. 7º, IV, “a” da Resolução CMN nº 3.922/2010 (com redação dada pela Resolução CMN nº 4.392/2014).

Da mesma forma, há descumprimento do art. 13 da mesma Resolução CMN nº 3.922/2010, que prevê:

Art. 13 As aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento, ou fundo de índice, a que se referem o Art. 7º, incisos III e IV, e Art. 8º, inciso I, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

Cabe ser destacado que a irregularidade em questão foi apontada pelo próprio Ministério da Previdência Social, conforme notificação expedida (Documento 42), havendo a menção, inclusive, de que o procedimento se constituiu em fator impeditivo à emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, que é o documento que atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

A aplicação de recursos em desacordo com os limites fixados pelo CMN, inobstante os valores absolutos não serem relevantes (em nenhum bimestre o valor ultrapassou R\$ 80.000,00), revela imperícia e imprudência por parte da Gestora do FUNPRESOL e pode ocasionar prejuízos ao patrimônio do Fundo Previdenciário.

Outra consequência do descumprimento da norma recai sobre possíveis prejuízos ao município, pois o CRP será exigido nos casos de realização de transferências voluntárias de recursos pela União; celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes; concessão de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais; e, pagamento dos valores referentes à compensação previdenciária devidos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Critério(s) de Auditoria:

- Resolução, Conselho Monetário Nacional, Nº 3922/2010, Art. 7º, inciso IV, alínea a;



- Resolução, Conselho Monetário Nacional, Nº 3922/2010, Art. 13, caput.

Evidência(s):

- Extratos das aplicações financeiras (Documento 40);
- Demonstrativos bimestrais das aplicações e investimentos dos recursos (Documento 41);
- Notificação expedida pelo MPS (Documento 42).

Responsável(is):

- **Nome:** Maria do Socorro Ferreira de Oliveira (Gerente de Previdência)

Conduta:

Aplicar recursos do FUNPRESOL em fundo de investimento em percentuais acima do limite legal, quando deveria atentar para os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Nexo de Causalidade:

A aplicação de recursos do FUNPRESOL, em fundo de investimento, em percentuais acima do limite legal, implica riscos de prejuízos ao patrimônio do RPPS, além de riscos ao município pelo impedimento de emissão de CPR.

2.2. CONFORMIDADES

2.2.1. [A1.1] O valor das despesas administrativas está dentro do limite de 2% do valor total das remunerações

Situação Encontrada:

A Portaria MPS 402/2008, em seu art. 15, determina que para cobertura das despesas administrativas dos RPPS's pode ser estabelecida taxa de administração de até 2% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS relativos ao exercício anterior.

A Lei Municipal nº 149/2005, que reestruturou o Regime Próprio de Previdência do Município de Solidão, em seu artigo 56, §3º, também dispõe que o valor da Taxa de administração para manutenção do regime será de 2% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS relativos ao exercício passado.

Com base no Demonstrativo dos valores total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do exercício de 2014 e Demonstrativo da Despesa Segundo as Categorias Econômicas, após os cálculos, constatou-se que os gastos administrativos ficaram dentro do limite legal estabelecido conforme tabela abaixo:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	VALOR (R\$)
Diárias Pessoal Civil	2.220,00
Despesas de Exercícios Anteriores	448,01
Material de Consumo	390,55
Serviços de Consultoria	24.550,00



DESPESAS ADMINISTRATIVAS	VALOR (R\$)
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	560,00
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	21.740,02
Outros Benefícios Previdenciários	14.027,07
Equipamento e Material Permanente	1.270,00
A - TOTAL DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	65.205,65
B - REMUNERAÇÃO TOTAL	6.490.293,42
C – PORCENTUAL das despesas Administrativas (A/B %)	1,01%
D – LIMITE LEGAL (%)	2,00%

Critério(s) de Auditoria:

- Portaria, Ministério da Previdência Social, Nº 402/2008, Art. 15.

Evidência(s):

- Demonstrativo do valor total da remuneração, proventos e pensões dos servidores vinculados ao regime próprio de previdência social, no exercício de 2014 (Documento 26);
- Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza, apresentando individualmente as demonstrações do plano financeiro e do plano previdenciário caso RPPS tenha segregação de massa (Documento 9).

2.2.2. [A2.1] As Despesas em geral foram realizadas atendendo os aspectos da Legalidade, Impessoalidade, Publicidade e Economicidade

Situação Encontrada:

As despesas realizadas pelos entes públicos devem atender aos princípios insculpidos no art. 37, *caput* da Constituição Federal, quais sejam: Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Publicidade, Moralidade e Eficiência.

Pela análise *in loco* das notas de empenhos e comprovantes de despesas, verificou-se que no exercício de 2015 as despesas processadas pelo Fundo Municipal de Previdência de Solidão atenderam aos princípios constitucionais acima elencados.

Critério(s) de Auditoria:

- Constituição Federal, Art. 37, *caput*.

Evidência(s):

- Notas de Empenho e comprovantes de despesas analisados *in loco* pela Equipe de Auditoria (-).



2.2.3. [A8.1] Alíquotas de contribuição previdenciária em conformidade com a Constituição Federal, legislação municipal e nota técnica atuarial

Situação Encontrada:

A Lei Federal nº 9.717/98, em seu artigo 1º (e também a Portaria MPS nº 402/2008) estabelece que os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão realizar avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.

O mesmo dispositivo legal, em seu artigo 2º (e também o art. 24 da orientação normativa da Secretaria de Políticas de Previdência Social nº 01/07) estabelece que a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores, não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.

Por seu turno, o § 1º, do art. 149 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, exige que os Estados, Distrito Federal e os Municípios instituem contribuição, cobrada de seus servidores, cuja alíquota não será inferior à contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União (atualmente fixada em 11%).

A Lei Municipal nº 149, de 13 de dezembro de 2005, que reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Solidão, estabeleceu em seu artigo 57 a alíquota de contribuição em 11%, tanto para as contribuições dos servidores quanto a patronal.

De acordo com a Lei Municipal nº 209, de 02 de março de 2010, a alíquota incidente sobre a base da contribuição patronal passou para 16,30%.

Por fim, através da Lei Municipal nº 214, de 30 de agosto de 2010, foi criada a contribuição adicional a cargo de todos os órgãos e poderes do município, cuja alíquota, para o exercício de 2015, ficou estabelecida em 15%, conforme art. 1º desta lei.

Tais alíquotas estão de acordo com o plano de custeio previsto na Nota Técnica Atuarial de 2015, conforme quadro abaixo:

Contribuinte	Custo Normal	Contribuição Adicional	Base de incidência
Ente Público	16,30%	15,00%	Folha pagamento
Servidor Ativo	11,00%	0,00	Folha pagamento
Servidor Aposentado	11,00%	0,00	Folha pagamento
Pensionistas	11,00%	0,00	Folha pagamento

Analisando-se os resumos das folhas de pagamento e as guias de recolhimento das contribuições, constata-se que as alíquotas das contribuições previdenciárias adotadas estão de acordo com o estabelecido na legislação pertinente e definidas no DRAA.

Critério(s) de Auditoria:

- Constituição Federal, Art. 2º;



- Constituição Federal, Art. 149, §1º;
- Lei Municipal - Solidão, Nº 149/2005, Art. 57;
- Lei Municipal - Solidão, Nº 214/2010, Art. 1º.

Evidência(s):

- Resumos das folhas de pagamento e guias de recolhimento das contribuições previdenciárias (32, 33 e 34).

3. CONCLUSÃO

3.1. RESPONSABILIZAÇÃO

3.1.1. Quadro de Detalhamento de Achados, Responsáveis e Valores Passíveis de Devolução

Nº	Título do Achado	Responsáveis	Valor Passível de Devolução (R\$)
A3.1	Não recolhimento integral das contribuições previdenciárias	R01 - Maria do Socorro Ferreira de Oliveira R02 - Maria Aparecida Vicente Oliveira Caldas	-
A4.1	Prorrogação de contrato administrativo visando à dispensa indevida de licitação	R01 - Maria do Socorro Ferreira de Oliveira	-
A5.1	Não realização da Avaliação Atuarial do exercício 2016 (ano base 2015)	R01 - Maria do Socorro Ferreira de Oliveira	-
A6.1	Ausência de registro individualizado das contribuições dos segurados	R01 - Maria do Socorro Ferreira de Oliveira	-
A7.1	Aplicações dos recursos do RPPS em desacordo com os parâmetros da Resolução do CMN nº 3.922/2010	R01 - Maria do Socorro Ferreira de Oliveira	-

3.1.2. Dados dos Responsáveis

R01. Nome do Responsável: Maria do Socorro Ferreira de Oliveira
CPF do Responsável: ***.***.594-46
Cargo/Vínculo: Gerente de Previdência
Ato/Instrumento: -
Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

R02. Nome do Responsável: Maria Aparecida Vicente Oliveira Caldas
CPF do Responsável: ***.***.804-78
Cargo/Vínculo: Prefeito
Período: 01/01/2015 a 31/12/2015



3.2. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

3.2.1. Determinações

1. Tomar providências para cobrança, tanto administrativa quanto judicial, das contribuições previdenciárias não recolhidas (A3.1);
2. Evitar prorrogações de contratos administrativos sem observância aos preceitos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (A4.1);
3. Realizar anualmente as avaliações atuariais (A5.1);
4. Tomar providências para o registro individualizado das contribuições dos segurados do FUNPRESOL (A6.1);
5. Providenciar para que as aplicações dos recursos do FUNPRESOL fiquem dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (A7.1).

É o relatório.

Arcoverde, 26 de Setembro de 2016.

Ivson Vilela Guerra
AUDITOR DAS CONTAS PÚBLICAS
Matrícula Nº 0728

José Márcio Nunes Santos
TÉCNICO DE AUDITORIA DAS CONTAS PÚBLICAS
Matrícula Nº 0862